



AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATINGIDAS PELAS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL E OS PROGRAMAS SOCIAIS EMERGENCIAIS DO GOVERNO FEDERAL¹

Emily Giovana Hech Avozani², Anna Paula Bagetti Zeifert 2³, Isabella Liebelt Pinheiro⁴,

- ¹ Trabalho desenvolvido a partir do projeto de pesquisa "Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: Estudo Comparado Sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades" (Edital FAPERGS 14/2022 ARD/ARC). ²Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa "Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais" (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa "Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade" (CNPq). Integrante do projeto de extensão "Observatório em Direitos Humanos" (CNPq). E-mail: emily.avozani@sou.unijui.edu.br
- ³ Pós-Doutorado pelo Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais UNB/FLACSO Brasil. Doutora em Filosofía (PUCRS). Professora do PPGD/UNIJUÍ e do Curso de Graduação em Direito/UNIJUÍ. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). Pesquisadora FAPERGS ARD/ARC (2023-2025), projeto de pesquisa "Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: estudo Comparado sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades". Coordenadora do Observatório de Direitos Humanos (Projeto de Extensão-PPGD/UNIJUI). E-mail: anna.paula@unijui.edu.br
- ⁴ Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa "Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais" (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa "Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade" (CNPq). Integrante do projeto de extensão "Observatório em Direitos Humanos" (CNPq). E-mail: isa.liebeld@gmail.com.

INTRODUÇÃO

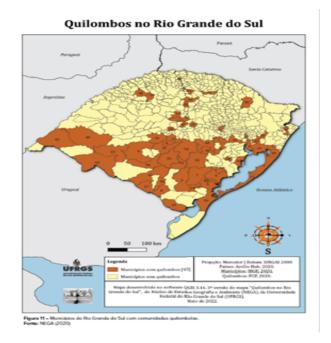
Considerando o cenário de enchentes e alagamentos que o estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando nos últimos tempos, buscamos com este trabalho analisar as iniciativas que foram implementadas com a intenção de assistir as comunidades quilombolas afetadas pelas na região.

No estado do Rio Grande do Sul do Brasil, existem 146 quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares e outros cinco em processo de reconhecimento. Eles se localizam no chamado Litoral Negro do estado, são terras que na epoca da formação dessas comunidades eram locais estrategicos para a autonomia dos povos, não sendo isolados da civilização, mas próximos as areas de cultivo. Esses quilombos se espalham por cerca de 70 municípios do estado, sendo mais de 6.828 famílias. (Agência Brasil, 2024)

Conforme figura abaixo, a organização e localização dos Quilombos no Rio Grande do Sul é a seguinte:







É possível observar, a partir do mapa, a localização dos Quilombos mais na metade sul do estado gaúcho, o que demonstra o quanto esses territórios foram afetados, visto que as inundações atingiram mais esses espaços.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, utilizando o método de abordagem hipotético-dedutivo, centrado na pesquisa bibliográfica e de dados públicos secundários em sites oficiais que traduzem informações sobre a temática em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quilombos são originalmente comunidades formadas por escravizados que fugiam dessa condição e foram em busca de lugares seguros para viver em liberdade e resistir a escravidão. Nesses ambientes, atualmente, vivem os descendentes dessas pessoas e também índios e brancos livres.

Um antropólogo africano chamado Kabengele Munanga, diz que a palavra "quilombo" vem da origem na África Negra, de um povo bantu, este possuía um governante que descontentou uma parcela da população, fazendo com que um príncipe juntasse seus guerreiros formando um "quilombo" caracterizado pela postura firme e forte disciplina. Com





isso o quilombo ficou marcado como sendo uma forma de resistência. (MUNANGA, Kabengele. pág 56)

A Constituição Federal 1988, se manifesta sobre as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, além do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 no art. 2°, que indica que essa comunidades são grupos étnicos raciais, com uma trajetória própria, e resistência à opressão.

No estado do Rio Grande do Sul existem cerca de 146 quilombos e todos foram afetados pelas cheias dos rios e chuvas incessantes. Os desastres climáticos pelos quais o estado passou nos primeiros meses de 2024, são uma grande amostra dos problemas que vamos enfrentar daqui em diante. Foram mais de 2 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas, dentre as quais as comunidades quilombolas. (Cralde, 2024)

No Rio Grande do Sul , conforme a Fundação Cultural Palmares (2020), entre 2004 a 2020, há 136 comunidades quilombolas certificadas e autorreconhecidas e, segundo o INCRA (2020), há 103 terras com processos abertos e quatro terras quilombolas tituladas, sendo duas delas parcialmente tituladas. (Pires; Bitencourt, 2024)

Essas enchentes que afetaram mais de 6.828 famílias quilombolas ressaltou ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades, em torno de dez dessas ficaram totalmente isoladas. Após o cessar das chuvas e diminuição dos rios essa famílias enfrentam a falta de comida, água e luz dificultando ainda mais a reconstrução desses espaços territoriais. Para auxiliar e agilizar essa demanda está sendo viabilizado a formação de um comitê de Crise quilombola para gerenciar as ações de socorro que irá contar com representantes de todas as comunidades.

O evento climático acentuou ainda mais as desigualdades e vulnerabilidades já existentes na sociedade e, também, casos de racismo em abrigos emergenciais. Os bairros mais atingidos são aqueles que possuem o maior numero de habitantes negros, caracterizando um rascismo ambiental, intrinsecamente ligado a desigualdades, isso se relaciona com uma distribuição desigual dos benefícios e riscos ambientais, como a falta de saneamento basico, poluição dos rios e falta de organização habitacional. (IHU, 2024)

Essas comunidades remanescentes agora precisam se reerguer, e mesmo com toda essa desigualdade, a luta pelo amanhã não para. O governo Federal tenta amenizar as mazelas





através dos auxílios já existentes e com algumas iniciativas emergenciais. Como a distribuição de cestas básicas às famílias atingidas, parcerias entre o MIR (Ministério da Igualdade Racial) e o MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome). Além de contar com ajuda da sociedade civil dos demais estados da união, foi uma mescla de força e solidariedade de diversos estados que realizaram doações, mobilizaram voluntários para auxiliar nesse fatídico período. (MDS, 2024)

O governo federal vem prestando auxílio de diversas formas como respostas emergenciais, como a Operação Taquari II, que envolveu militares da marinha, exército e aeronáutica com embarcações para auxiliar nos resgates de vítimas. O governo Federal também adiantou o bolsa família, sendo um investimento de R\$793 milhões, abrangendo 619.741 famílias e também foi adicionado mais outras 21.7 mil famílias. Foi suspenso o pagamento dos financiamentos do minha casa minha vida por até seis meses para 17.4 mil famílias. Não sendo somente esses os auxílios prestados, também tem: Benefício de Prestação Continuada, investindo R\$134 milhões, Liberação do FGTS em R\$715 milhões. Duas parcelas adicionais do seguro desemprego, com investimento em R\$1,1 milhão, a restituição do imposto de renda em R\$1,1 bilhão. Abono salarial, Benefícios previdenciários e Bolsas de Pós- graduação, também foram investimentos feitos pelo governo federal para auxiliar o estado, e tentar amenizar os efeitos dessas catástrofes. (MDS, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momentos de crise é quando percebemos a perpetuação de violações de direitos, diversas formas de violência, contudo as populações negras, indígenas, quilombolas têm essa mazelas ainda mais intensificadas pela falta de um olhar equânime. Por mais que o governo esteja ajudando de diversas maneiras, é necessário voltar nossos olhos para essas comunidades já vulneráveis e que foram significativamente afetadas pelas chuvas. É fundamental a elaboração de um plano de reconstrução e auxílios específicos para conseguir abarcar todas as necessidades dos Quilombos, como por exemplo, uma forma de auxiliar na recuperação das plantações e lavouras, escolas e habitações. A jornada será longa e exige um conjunto de políticas públicas para viabilizar a reconstrução.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas, Crise Climática, Programas Sociais Emergenciais, Vulnerabilidades.





AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica e a UNIJUÍ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Quinze quilombos estão totalmente isolados pelas chuvas no RS. Disponível em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pel as-chuvas-no-rs. Acesso em: 19 jun. 2024.

CRALDE, Sabrina. Mais de 2 milhões de pessoas foram afetadas pelas enchentes no RS Boletim aponta que 90% dos municípios do estado foram atingidos. Publicado em Maio de 2024. Disponível em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/mais-de-2-milhoes-de-pessoas-foram-afetadas-pelas-enchentes-no-rs. Acesso em: 15 jun. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comunidades quilombolas gaúchas passam a constar do Mapa Rodoviário Interativo do RS. Publicado em Novembro de 2023. Disponivel em :

https://estado.rs.gov.br/comunidades-quilombolas-gauchas-passam-a-constar-do-mapa-rodoviario-inter ativo-do-rs#:~:text=Conforme%20o%20Instituto%20Nacional%20de,a%20constar%20do%20mapa% 20rodovi%C3%A1rio. Acesso em: 15 jun. 2024.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Enchentes atingem todas as 6.828 famílias quilombolas do RS e dez comunidades estão ilhadas.** Publicado em Maio de 2024. Disponivel em: https://www.ihu.unisinos.br/639426-enchentes-atingem-todas-as-6-828-familias-quilombolas-do-rs-e-dez-comunidades-estao-ilhadas. Acesso em: 10 jun. 2024.

MDS. **Ministério do desenvolvimento e Assistencia Social, Familiar e Combate à Fome**. Publicado em Maio de 2024. Disponivel em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-um-mes-acoes-federais-voltadas-ao-rio-grande-do-sul-mobilizam-r-62-5-bilhoes. Acesso em: 20 jun. 2024.

MIR. Ministério da Igualdade Racial. Comunidades quilombolas e ciganas do Rio Grande do Sul recebem cestas básicas do Governo Federal

Publicado em Maio de 2024. Disponivel em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/comunidades-quilombolas-e-ciga nas-do-rio-grande-do-sul-recebem-cestas-basicas-do-governo-federal. Acesso em: 20 jun. 2024. MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo da África. Revista USP**. São Paulo, dezembro/fevereiro 95/96, pp 56-63

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado. **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS** [livro eletrônico]. Porto Alegre, RS: Letra1, 2021. 2v.

p. Disponível em:

https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/atlas-da-presenca-quilombola-em-porto-alegrers-volu me-1-cartografias-contracoloniais. Acesso em: 20 jun. 2024.